

CRÍTICA SEMANAL DA ECONOMIA

EDIÇÃO 1295 1296 – Ano 30; 2ª 3ª Semanas de Maio 2016.

Breaking Bad (Temp. 1 Ep. 7). A globalização muda de pele: a China morreu? Viva a Índia! E o Brasil?

O capital não dorme no ponto. Os dados estão no mais recente relatório UNCTAD'S GLOBAL INVESTMENT TREND MONITOR, publicado em janeiro de 2016. Em 2015, o volume de investimentos externos diretos (IED) na totalidade do mercado mundial aumentou 36% sobre o ano anterior. É muita coisa. É o mais elevado volume desde 2007, pico do ciclo econômico anterior (2002-2008). Os movimentos de capitais diretamente ligados às atividades não financeiras estão a pleno vapor, indicando contraditoriamente a aproximação de fechamento de mais um período de expansão e superprodução global de capital.

A quantidade nem sempre substitui a qualidade. A maior parte desse aumento recorde do fluxo de IED global deve-se principalmente a operações de fusões e aquisições de empresas (sigla M&As, em inglês) com uma limitada participação de investimentos em novos projetos produtivos (*greenfield investment*). A parte destes últimos naquele bolo de US\$1,7 trilhão foi de US\$ 700 bilhões, com crescimento também menor de 8.6% em 2015, frente ao ano anterior.

A economia política dos trabalhadores (Marx) ensina que no encerramento dos ciclos econômicos, quando o capital se defronta com uma pressão maior da *tendência à queda da taxa geral de lucro*, ocorre, em geral, aceleração da *centralização* do capital e uma redução da *concentração*. As fusões e aquisições correspondem à *centralização* – onde o controle da propriedade das empresas mais vulneráveis ao choque cíclico troca de mãos – e os investimentos em novos projetos produtivos correspondem à *concentração*, que corresponde à expansão da capacidade produtiva instalada das empresas. Em resumo, a centralização corresponde à propriedade, a concentração à produção. Essas precisas diferenças são muito importantes não só na observação do ciclo periódico, como também nas grandes mudanças estruturais do desenvolvimento desigual e combinado do mercado mundial, quer dizer, na rígida hierarquia imperialista entre economias dominantes e economias dominadas. O Brasil, por exemplo, está “muito barato” para os investidores globais. Por isso os M&As aumentam e os investimentos em novos projetos produtivos desabam.

Os fluxos de capitais mudam de direção. Em primeiro lugar, na totalidade do mercado mundial. Em 2015, as economias dominantes (G7) presenciaram seu IED bater um novo recorde de US\$ 741 bilhões. Atraíram a maior parte do capital global de IED para o interior de suas economias. A dos EUA, em particular, que recebeu um fluxo recorde de US\$ 384 bilhões – aproximadamente três vezes o fluxo direcionado para a China. Esses dados referem-se em sua maior parte aos investimentos em fusões e aquisições (M&A). Quando se desagrega o volume total do IED global e se compara entre as nações apenas a parcela referente aos investimentos em novos projetos produtivos (*greenfield investment*) verificam-se outras proporções muito mais esclarecedoras do processo econômico global. É essa desagregação que se pode verificar no estudo “Global greenfield investment trends”, da FDI Intelligence, divisão de dados e pesquisas do jornal Financial Times. Vamos aos dados.

% Asia-Pacific market share		Capital investment (\$bn)
20%	India	63.0
18%	China	56.6
12%	Indonesia	38.5
7%	Vietnam	21.1
6%	Pakistan	18.9
5%	Australia	15.2
4%	Malaysia	13.4
3%	Myanmar	10.8
3%	South Korea	8.9
3%	Philippines	8.5
20%	Other	65.6

Source: FDI Markets
Note: Includes estimates; percentages rounded up/down

A mudança mais notável nos fluxos em IED *greenfield investment* em 2015 foi a incrível elevação dessa modalidade de IED na Índia, atingindo um volume de US\$ 63 bilhões, o triplo do ano anterior. No ano passado, a Índia figurou pela primeira vez como a líder mundial na atração desses investimentos mais qualitativos, ultrapassando os EUA (US\$ 59,6 bilhões) e a China (US\$56,6 bilhões). A Índia sobe e a China cai. A primeira participa agora com 20% dos investimentos na área asiática, enquanto a segunda fica atrás com 18%. Depois vêm outras “potências emergentes” como Indonésia, Vietnã, etc., se

aproximando velozmente da exaurida China. Enquanto os investimentos triplicaram e os novos projetos (697) aumentaram 8% na Índia, os investimentos na China caíram 23% e os novos projetos (789) caíram 16%. O número de novos projetos na Ásia-Pacífico caiu 7% em 2015, mas o total de capital externo investido na produção aumentou 29%, puxado pela Índia, Indonésia e Paquistão.

A Índia é a nova estrela das grandes corporações mundiais. Em recente viagem do primeiro ministro indiano, Narendra Modi, a New York, assistiu-se a uma pletera de presidentes de empresas norte-americanas listadas entre as 500 maiores da revista Fortune – Google, Ford, Cisco, IBM, Lockheed, Marriot, Starwood, MasterCard, Merck, Pepsi, DuPont, Dow, etc. – recebendo alegremente o primeiro-ministro e todos eles relatando planos concretos de expansão em direção ao seu país. A Índia tornou-se o território número um do mundo para alocar e remunerar melhor do que ninguém os *greenfield investment* das megaempresas globais das maiores economias dominantes.

Se tudo acontecesse sem as costumeiras contradições e obstáculos da realidade das coisas, a Índia já poderia ser considerada como a economia capaz de cumprir o mesmo

providencial papel cumprido pela moribunda China nos últimos trinta anos de globalização triunfante. Existem outras “potências emergentes” e classes dominantes dispostas a se embriagar com a “poção mágica” indiana de uma perfeita integração às cadeias produtivas globais. É o caso das classes dominantes latino-americanas, como as brasileiras e argentinas, principalmente, vagando no inferno da progressiva ingovernabilidade interna e marginalização externa dos grandes fluxos do mercado mundial. Em 2015, América Latina e o Caribe foi a região do mundo com o pior desempenho em atrair IED global. O investimento total caiu para US\$ 70,2 bilhões e o número de projetos recuou 13%. Com mais um ano muito difícil, o Brasil conseguiu manter estável seu baixo nível de investimento (US\$17,3 bilhões), com declínio de apenas 0,2%, mas o número de projetos recuou 17%. Não confundir esse nível de investimento com o que aparece nos relatórios do Banco Central do Brasil (em torno de US\$ 75 bilhões), que computa também as operações de fusões e aquisições (M&A).

Discutir um pouco mais a “poção mágica” indiana talvez ajude a entender o único caminho que se apresenta à protoburguesia brasileira para superar sua atual crise. E, claro, refletir se esse único caminho é possível ser seguido. Aliás, tanto pela Índia quanto pelo Brasil. Voltaremos ao assunto.